



**i m** gestão de ativos  
sgoic

**CA MONETÁRIO**  
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO  
ABERTO DO MERCADO MONETÁRIO

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**JUNHO 2021**

## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO .....	2
NOTA INTRODUTÓRIA .....	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS.....	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS MONETÁRIOS E DE CURTO PRAZO .....	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO .....	9
ERROS DE VALORIZAÇÃO .....	10
EVENTOS SUBSEQUENTES .....	11
NOTAS INFORMATIVAS .....	12
BALANÇO .....	15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	18
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	20
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	23
RELATÓRIO DE AUDITORIA .....	30



## Relatório de Gestão

---



## NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo foi constituído em 6 de outubro de 2008 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário CA MONETÁRIO.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A..

A 19 de junho de 2019 o Fundo assumiu a tipologia de Fundo de Mercado Monetário Normal de Valor Líquido Variável, de acordo com o Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017.

## SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O primeiro semestre de 2021 foi, em múltiplas dimensões, melhor do que o esperado, não obstante as expectativas elevadas à partida.

Apesar da deterioração da situação pandémica na Europa e em alguns países emergentes, a confirmação dos elevados índices de eficácia das vacinas e a celeridade das vacinações nos países desenvolvidos contribuíram para a antecipação das perspetivas de reabertura das economias. Tal possibilitou a incorporação de menores riscos de *downside* e de sequelas económicas relacionadas com a Covid-19, apesar de “apenas” 24% da população mundial ter recebido, até ao momento, pelo menos uma vacina. Nota ainda para a maior adaptabilidade dos agentes económicos a restrições à mobilidade, o que minimizou o impacto económico das mesmas.

Após uma forte resposta à crise pandémica em 2020, as políticas monetárias dos principais bancos centrais mantiveram-se profundamente expansionistas. A Reserva Federal dos EUA (Fed) manteve o seu ritmo de compras inalterado em 120 mil milhões de dólares/mês, tendo já quase duplicado a dimensão do seu balanço desde o início da pandemia. Apesar da possibilidade de subidas de taxas diretoras em 2023, a retórica continua a incidir quase exclusivamente no objetivo de recuperação económica e do mercado laboral, em oposição aos potenciais riscos inflacionistas.

O continente europeu voltou a estar entre os mais fustigados pela pandemia entre o final de 2020 e o início de 2021. Os riscos económicos relacionados com a reintrodução dos confinamentos justificaram o reforço das compras de ativos pelo Banco Central Europeu (BCE), ao abrigo da flexibilidade do programa PEPP – Pandemic Emergency Purchase Programme, o que contribuiu para a estabilidade das condições financeiras na região.

A atuação dos bancos centrais das economias emergentes foi distinta, assistindo-se a várias subidas de taxas diretoras, maioritariamente relacionadas com a trajetória inflacionista, mas que representam uma reversão apenas parcial dos cortes de taxas de juro ocorridos em 2020.

As políticas orçamentais foram globalmente mais expansionistas que o esperado, particularmente nos EUA. O controlo democrata da agenda económica do Congresso dos EUA permitiu a aprovação de um pacote de estímulos económicos de 1.900 mil milhões de dólares e negociações bipartidárias para dois outros planos económicos que incluem o investimento em infraestruturas e medidas de caráter social relacionadas com cuidados de saúde, educação, licenças maternidade e de assistência à família. Na Europa, o Plano de Recuperação Europeu foi validado e os planos nacionais subsequentemente aprovados, prevendo-se que o respetivo desembolso se inicie entre o final de julho e o início de agosto.

A combinação de perspetivas de reabertura precoce das economias e de políticas monetária e orçamental expansionistas esteve na origem de revisões em alta das estimativas de crescimento económico e da inflação para 2021 e 2022.

Um dos desenvolvimentos de destaque no primeiro semestre de 2021 foi a evolução da inflação. O acréscimo de procura relacionado com a reabertura das economias e as disrupções nas cadeias de abastecimento, a par de efeitos de base e de outros fenómenos temporários, originaram uma aceleração da inflação à escala global.

O enquadramento macroeconómico descrito foi acompanhado por uma propensão para a tomada de risco pelos investidores, ao longo do primeiro semestre de 2021.

As expectativas inflacionistas subiram, o que justificou rendibilidades negativas no rendimento fixo. Este fenómeno revelou-se particularmente penalizador para a dívida governamental. O desempenho da dívida periférica europeia (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) foi ainda assim beneficiado por estreitamentos do prémio de risco face à Alemanha, fruto da atuação do BCE, da criação do Plano de Recuperação Europeu e da evolução favorável das perspetivas económicas para a região.

A melhoria dos fundamentais, a queda dos incumprimentos, os menores volumes de emissões e o suporte da política monetária contribuíram para o estreitamento dos *spreads* do crédito para mínimos históricos, com destaque para a forte compressão nos segmentos de menor qualidade creditícia.

A trajetória de apreciação do dólar, a subida da taxa de juro dos EUA e o menor sucesso na vacinação dos emergentes (e dificuldades na contenção da pandemia) pressionaram o desempenho da dívida de mercados emergentes.

Inversamente, os mercados acionistas assinalaram ganhos pronunciados e generalizados no primeiro semestre de 2021, quase exclusivamente relacionados com perspetivas mais otimistas para os resultados empresariais. A retoma económica global e a subida das expectativas inflacionistas beneficiaram os títulos e os índices de natureza mais cíclica, entre os quais as ações europeias.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia depreciou face à libra britânica e ao dólar, mas valorizou face às divisas de refúgio (iene e franco suíço). O dólar norte-americano esteve em destaque no semestre, impulsionado pelo superior desempenho da economia doméstica e por expectativas de remoção de estímulos pela Fed. Pese embora as valorizações ainda historicamente atrativas, as moedas de mercados emergentes estiveram pressionadas.

A reabertura económica, as disrupções nas cadeias de abastecimento e o desequilíbrio entre procura e oferta resultaram em valorizações expressivas das matérias-primas nos primeiros seis meses do ano. O índice agregado de matérias-primas valorizou mais de 25%. A principal exceção foram os metais preciosos, que se mostraram vulneráveis ao ambiente de subida de taxas de juro.



## PRINCIPAIS EVENTOS

### Criação da Categoria R e inclusão de novas entidades comercializadoras

Em março foi aprovada pela CMVM a criação de uma nova categoria de unidade de participação (Categoria R) e a inclusão do Bison Bank, S.A. e do Banco Invest, S.A. como novas entidades comercializadoras.

Em abril foi aprovada pela CMVM a inclusão do Banco de Investimento Global, S.A. como nova entidade comercializadora das unidades de participação da categoria R do fundo IMGA Ações Portugal.

### Atualizações dos documentos constitutivos dos fundos IMGA

Em fevereiro foi concluído o processo da primeira atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em março, com a entrada em vigor do Regulamento (EU) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho (*Sustainability Finance Disclosure Regulation – SFDR*), os Prospetos dos fundos foram alterados para incorporarem as menções ao risco em matéria de sustentabilidade.

Em maio foi concluída a segunda atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2020.

Ao longo do primeiro semestre de 2021 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

### Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 30 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

### IMGA Money Market USD – Alteração da política de investimento

A 29 de janeiro foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Money Market USD, por forma a incorporar na sua política de investimento a possibilidade, já prevista na lei, de o fundo poder investir até 100% em ativos emitidos ou garantidos numa única entidade, designadamente até 100% dos seus ativos em instrumentos de mercado monetário emitidos ou garantidos por governos soberanos de Estados-Membro da OCDE, entidades supranacionais e organizações supranacionais onde os Estados Unidos ou pelo menos um Estado-Membro da União Europeia participe.

### IMGA Liquidez – Alteração da política de investimento

Em maio foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Liquidez, possibilitando o investimento em títulos de dívida subordinada, até um máximo de 5% do VLGF.

## **Novos Órgãos Sociais**

Foram aprovados pela CMVM os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que compõem os Órgãos Sociais da Sociedade para o mandato 2021/2023.

## **Fundos de Capital de Risco**

No primeiro semestre foram registados pela CMVM quatro novos Fundos de Capital de Risco estando em fase de preparação a sua constituição.



## DESEMPENHO DOS FUNDOS MONETÁRIOS E DE CURTO PRAZO

Os fundos categorizados como fundos do mercado monetário e de curto prazo são condicionados pela oferta disponível em instrumentos de curto prazo e pelo elevado grau de diversificação a que estão sujeitos.

Neste contexto, a atuação dos bancos centrais durante o primeiro semestre de 2021 no apoio incondicional aos mercados financeiros e na resposta à crise provocada pela Covid-19 tem motivado a permanência das taxas de juro de curto prazo próximas de zero ou mesmo negativas.

As subscrições líquidas nesta categoria em Portugal ascenderam aos 823 milhões de euros ou 22% do total no final de junho, numa clara adesão dos participantes, que consideraram os fundos como uma boa alternativa aos depósitos à ordem e a prazo. As rendibilidades médias desta categoria oscilaram entre os -0,04% nos fundos monetários e 0,43% nos fundos de curto prazo, segundo dados da APFIPP.

Não obstante a diminuição das taxas de aplicações para períodos muito curtos e que condicionam o desempenho dos fundos monetários e de curto prazo, os fundos geridos pela IMGGA conseguiram obter retornos a 12 meses positivos no caso dos fundos de curto prazo e marginalmente negativos no caso dos fundos de mercado monetário.

No final do primeiro semestre de 2021, os fundos IMGGA na categoria mercado monetário e de curto prazo apresentaram as seguintes rendibilidades e níveis de risco:

FUNDOS IMGGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco		Rend. Anual.	Risco	
		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe		Volatilidade	Classe
CA MONETÁRIO	-0,05%	0,01%	1	-0,01%	0,01%	1	0,00%	0,01%	1
IMGGA MONEY MARKET CAT A	-0,03%	0,01%	1	-0,02%	0,02%	1	-0,02%	0,02%	1
IMGGA MONEY MARKET USD CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CA CURTO PRAZO	0,36%	0,19%	1	-0,10%	0,85%	2	-0,12%	0,67%	2
IMGGA LIQUIDEZ CAT A	0,43%	0,14%	1	0,06%	0,40%	1	0,02%	0,32%	1

O IMGGA Money Market em USD não tem rendibilidade a 1 ano. Fonte: APFIPP, 30 de junho de 2021

## INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO

O primeiro semestre do ano 2021 foi caracterizado por uma recuperação económica global liderada pelos EUA, devido aos progressos da vacinação e da sua eficácia, com os indicadores macroeconómicos de consumo, investimento e crescimento do PIB a apresentarem sinais positivos face à recessão global originada pela pandemia Covid-19 durante o ano 2020.

A recuperação económica originou inicialmente pressões inflacionistas no setor energético, nomeadamente no petróleo, e posteriormente receios de inflação genérica devido às interrupções nas diversas cadeias de produção originadas pela falta de matérias-primas, que também apresentaram um aumento significativo dos preços. O indicador de emprego, apesar de registar melhorias, continua a apresentar uma recuperação mais fraca. As taxas de juro americanas, perante este cenário económico e a possibilidade do início antecipado do *tapering* do *quantitative easing* pela Fed, apresentaram uma forte subida no primeiro trimestre, com as taxas de juro na Europa a acompanharem este movimento com um desfasamento temporal. Este movimento levou a uma intervenção dos bancos centrais, nomeadamente da Fed e do BCE, em que reiteraram a manutenção das políticas monetárias expansionistas e consideraram o efeito inflação como transitório, centrando a sua atuação na recuperação do indicador económico do emprego.

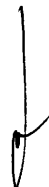
A atuação da Fed e do BCE, juntamente com o ressurgimento de novas vagas de Covid-19, sendo a mais preocupante a variante delta, fizeram condicionar o comportamento das taxas de juro. Salienta-se também a melhor perspetiva de resultados das empresas no primeiro semestre e a recuperação das métricas de risco de crédito, o que permitiu a melhoria das notações do risco de crédito das agências de rating e um nível baixo de insolvências. O mercado de emissões de dívida obrigacionista continuou bem suportado, com o segmento *Investment Grade* a beneficiar das compras do BCE.

Durante o primeiro semestre do ano 2021 a estratégia prosseguida na gestão do Fundo CA Monetário assentou, para além da renovação das aplicações em mercado monetário, nomeadamente os depósitos a prazo, numa redução da exposição a obrigações de crédito de curto prazo de taxa fixa e de taxa indexada que apresentavam taxas de reinvestimentos negativas, em contrapartida do aumento dos depósitos bancários. Adicionalmente, o Fundo fez uma ligeira rotação nos investimentos em instrumentos de mercado monetário com o aumento da sua exposição a instrumentos de papel comercial devido à necessidade de diversificação dos níveis de risco de crédito dos emitentes.

O desempenho do Fundo no primeiro semestre do ano 2021 foi influenciado pelas taxas de juro negativas que se praticam no mercado monetário, que muito dificultaram o reinvestimento, e pela redução significativa dos prémios de risco de crédito, que não permitiram reinvestimentos em obrigações de crédito de curto prazo a taxas positivas. O Papel Comercial continua a ser uma fonte de diversificação do risco de crédito. O Fundo manteve as características defensivas, num enquadramento especialmente desafiante para a sua classe.

No final de junho, o Fundo CA Monetário registou uma rendibilidade a 12 meses de -0,05%, tendo alcançado um valor líquido global de 109,3 milhões de euros, inferior em 8,9% relativamente aos 120,1 milhões de euros atingidos em junho de 2020. Desde o início do ano, o Fundo registou vendas líquidas negativas de 24,6 milhões de euros, com subscrições de 9,1 milhões de euros e resgates de 33,7 milhões de euros, apresentando uma rendibilidade efetiva de -0,04% nos primeiros seis meses de 2021.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



## **ERROS DE VALORIZAÇÃO**

Em 2021, até ao final do mês de junho, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo.



## **EVENTOS SUBSEQUENTES**

No período decorrido entre 30 de junho de 2021 e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

## NOTAS INFORMATIVAS

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Mercado Monetário  
CA Monetário

## Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:** Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário  
**Data de Constituição:** 06 de outubro de 2008  
**Sociedade Gestora:** IM Gestão de Ativos -  
 - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.  
**Banco Depositário:** Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL  
**Valor da Carteira em 30 junho de 2021:** 109 342 M Euros

## EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Jun-21
<b>Rendibilidade</b>	2,2%	1,6%	1,1%	0,6%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,1%
<b>Risco (nível)</b>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

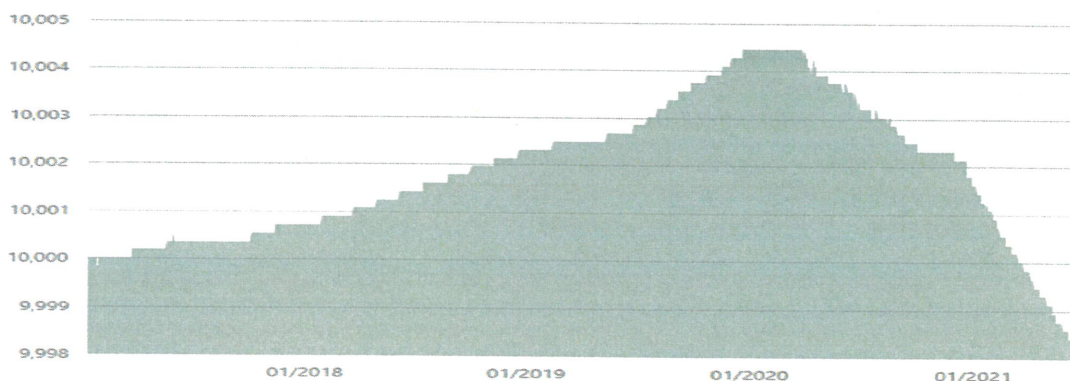
## POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O FUNDO é do tipo de Fundo de Mercado Monetário Normal de Valor Líquido Variável e tem uma política de investimento que visa garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco.

O Fundo investirá em Instrumentos do Mercado Monetário e Depósitos Bancários, todos denominados em euros, bem como em Unidades de participação denominadas em Euros de OICVM do mercado monetário, que invistam exclusivamente em ativos denominados em Euros ou que procedam sistematicamente à cobertura do risco cambial.

Poderão ser utilizados Instrumentos Financeiros Derivados desde que tenham como única finalidade a cobertura de risco de taxa de juro e o risco cambial, e que tenham como instrumento subjacente taxas de juro, taxas de câmbio, divisas ou índices que representem essas categorias

## EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade e não suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

## EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	30.06.2021
Nº UP's em circulação	19.118.058	23.089.781	24.859.667	23.828.699	19.455.541
Valor Unitário UP (Euros)	5,6216	5,6225	5,6237	5,6221	5,6201

## CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	30-Jun-21		2020		2019		2018	
	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	75.401	0,0	81.950	0,0	98.126	0,0	115.671	0,0
Mercados União Europeia	16.150	0,0	22.315	0,0	0	0,0	1.502	0,0
Outros Mercados	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>91.551</b>	<b>0,0</b>	<b>104.265</b>	<b>0,0</b>	<b>98.126</b>	<b>0,0</b>	<b>117.173</b>	<b>0,0</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

	30.06.2021
Valores mobiliários	6.650.793
Saldos bancários	102.758.053
Outros ativos	21.863
<b>Total dos ativos</b>	<b>109.430.709</b>
Passivos	88.675
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>109.342.035</b>

## TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	150 329	-	141	150 188	7 253	157 441	2%
2. OUTROS VALORES	6 500 000	825	220	6 500 605	987	6 501 592	98%
<b>TOTAL</b>	<b>6 650 329</b>	<b>825</b>	<b>361</b>	<b>6 650 793</b>	<b>8 241</b>	<b>6 659 033</b>	<b>100%</b>

**INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS**

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	54.369
As mais-valias de investimentos	1.035
Custos	
Custos de gestão	(30.029)
Custos de depósito	(15.014)
Outros encargos, taxas e impostos	(16.735)
As menos-valias de investimentos	(34.183)
Custos de negociação	(2.120)
Lucro líquido	(42.676)
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	9.104.053
Resgates	(33.686.188)

**VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP**

(Valores em Euro)

	CA MONETÁRIO	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
<b>31.12.2019</b>	139.802.006	5,6237
<b>31.12.2020</b>	133.966.846	5,6221
<b>30.06.2021</b>	109.342.035	5,6201

**OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS**

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2021

## Balanço

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021





(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

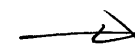
DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30.06.21	31.12.20			30.06.21	31.12.20
	<b>Operações Cambiais</b>				<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>				<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Cotações</b>				<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<b>Compromissos de Terceiros</b>				<b>Compromissos Com Terceiros</b>		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

# Demonstração dos Resultados

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021





(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM JUNHO DE 2021 E JUNHO DE 2020

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	30.06.21	30.06.20	Código	Designação	30.06.21	30.06.20
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		82	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	36 215	34 893
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	18 151	29 514
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 120	1 331		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	51 287	47 011	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	34 183	32 039	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 035	12 283
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e						
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	7 848	7 789	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	2	
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>55 403</u>	<u>76 689</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 643	2 393				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>98 080</u>	<u>90 646</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&gt;0)</b>			66	<b>Resultado Líquido do Período (se&lt;0)</b>	<u>42 676</u>	<u>13 956</u>
	<b>TOTAL</b>	<u>98 080</u>	<u>90 646</u>		<b>TOTAL</b>	<u>98 080</u>	<u>90 646</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos (*)	947	13 805	F - E	Resultados Eventuais		
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais (*)			B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(42 676)	(13 956)
B-A	Resultados Correntes (*)	(42 676)	(13 956)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(42 676)	(13 956)

## Demonstração de fluxos de caixa

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(valores em Euro)

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Data: 30.06.21

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-21		30-jun-20	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>				
RECEBIMENTOS:		9 104 053		22 156 395
Subscrição de unidades de participação	9 104 053		22 156 395	
...				
PAGAMENTOS:		33 989 324		41 880 604
Resgates de unidades de participação	33 989 324		41 880 604	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>		(24 885 271)		(19 724 208)
<b>OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos</b>				
RECEBIMENTOS:		24 848 014		30 451 424
Venda de títulos e outros ativos	3 405 284		3 715 657	
Reembolso de títulos e outros ativos	21 250 000		26 650 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	192 730		85 767	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		24 922 963		43 666 958
Compra de títulos e outros ativos	24 919 398		43 666 958	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	0		1 331	
Outras taxas e comissões	3 566		1 174	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira				
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		(74 949)		(13 218 039)
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:		0		0
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		5 535		0
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	5 535		0	
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		(5 535)		0

(valores em Euro)

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Data:

30.06.21

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-21		30-jun-20	
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:		27 477		43 286
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	26 841		43 096	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	636		190	
PAGAMENTOS:		97 525		48 749
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	0		82	
Comissão de gestão	68 909		20 497	
Comissão de depósito	16 032		16 073	
Taxa de supervisão	6 074		5 822	
Impostos e taxas	6 509		6 272	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	0		2	
		<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>(5 463)</b>
		(70 048)		
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
		<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>0</b>
		0		0
<b>SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)</b>		<b>(25 035 803)</b>		<b>(32 947 710)</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)</b>		<b>127 793 857</b>		<b>139 845 718</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)</b>		<b>102 758 053</b>		<b>106 898 008</b>

## Anexo às demonstrações financeiras

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021



## INTRODUÇÃO

A constituição do CA Monetário – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 26 de setembro de 2008, tendo iniciado a sua atividade em 6 de outubro de 2008.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

### 1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de 5 euros (cinco euros), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo por base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	(valores em Euro)			
	31.12.2020	Aumentos	Reduções	30.06.2021
Depósitos à ordem	29 993 857	128 812 325	140 948 128	17 858 053
Depósitos a prazo e com pré-aviso	97 800 000	42 050 000	54 950 000	84 900 000
<b>TOTAL</b>	<b>127 793 857</b>	<b>170 862 325</b>	<b>195 898 128</b>	<b>102 758 053</b>

Em 30 de junho de 2021 existiam 11 987 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2021	30-06-21	5.6201	109 342 035	19 455 541
	31-05-21	5.6204	112 735 440	20 058 388
	30-04-21	5.6208	116 057 851	20 648 216
	31-03-21	5.6211	124 284 068	22 110 543
	28-02-21	5.6214	125 076 866	22 250 208
	31-01-21	5.6218	128 410 087	22 841 723
Ano 2020	31-12-20	5.6221	133 966 846	23 828 699
	30-09-20	5.6226	123 341 675	21 937 049
	30-06-20	5.6230	120 075 342	21 354 384
	31-03-20	5.6236	121 852 350	21 668 145
Ano 2019	31-12-19	5.6237	139 802 006	24 859 667
	30-09-19	5.6233	105 686 886	18 794 734
	30-06-19	5.6228	112 968 550	20 091 340
	31-03-19	5.6225	108 239 679	19 251 228

Em 30 de junho de 2021, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	
10% ≤ UPs < 25%	
5% ≤ UPs < 10%	
2% ≤ UPs < 5%	
0.5% ≤ UPs < 2%	5
UPs < 0.5%	5 743
TOTAL	5 748

### 3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
-Obrigações diversas						
Enel Finance Intl NV 5% 12/07/21	150 329	-	(141)	150 188	7 253	157 441
	150 329	-	(141)	150 188	7 253	157 441
<b>2. OUTROS VALORES</b>						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
Brisa - Concessão Rodoviária - 2ª EM PC 22/06/21 - 30/07/21	1 750 000	350	-	1 750 350	-	1 750 350
Brisa - Concessão Rodoviária - 4ª EM PC 11/06/21 - 09/07/21	650 000	65	-	650 065	-	650 065
EDA 279 EM PC 07/06/21 - 07/07/21	200 000	20	-	200 020	-	200 020
EDA 281 EM PC 28/06/21 - 28/07/21	150 000	30	-	150 030	-	150 030
EDA 41 EM PC 21/06/21 - 21/07/21	700 000	140	-	700 140	-	700 140
EDA 9 EM PC 24/06/21 - 26/07/21	100 000	20	-	100 020	-	100 020
Luz Saúde, SA 19 EM PC 21/04/21 - 21/07/21	500 000	-	(100)	499 900	729	500 629
Luz Saúde, SA 20 EM PC 26/05/21 - 26/08/21	300 000	-	(120)	299 880	219	300 099
Reg. Autón. Açores 6ª EM PC 05/05/21 - 02/11/21	700 000	70	-	700 070	-	700 070
Reg. Autón. Açores 7ª EM PC 14/06/21 - 13/09/21	700 000	70	-	700 070	-	700 070
SOGRAPE 18 EM PC 19/05/20 - 23/07/21	300 000	60	-	300 060	-	300 060
SUGAL Alimentos SA 8 EM PC 09/06/21 - 09/07/21	450 000	-	-	450 000	39	450 039
	6 500 000	825	(220)	6 500 605	987	6 501 592
<b>TOTAL</b>	<b>6 650 329</b>	<b>825</b>	<b>(361)</b>	<b>6 650 793</b>	<b>8 241</b>	<b>6 659 033</b>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

(valores em Euro)				
Descrição	31.12.2020	Aumentos	Reduções	30.06.2021
Depósitos à ordem	41 719 718	117 086 464	140 948 128	17 858 053
Depósitos a prazo e com pré-aviso	98 126 000	41 724 000	54 950 000	84 900 000
<b>TOTAL</b>	<b>139 845 718</b>	<b>158 810 464</b>	<b>195 898 128</b>	<b>102 758 053</b>

### 4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro”.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

#### Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou

pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

#### Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia até às 16 horas.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
  - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
  - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

- b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

### Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

### **10. RESPONSABILIDADES**

A 30 de junho de 2021 o OIC tem contratado junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo uma conta corrente no valor de 11.904.168€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

### **12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO**

Em 30 de junho de 2021, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	157 440.92	-	-	-	-	157 441

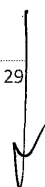
**15. CUSTOS IMPUTADOS**

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2021 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

<b>Custos</b>	<b>Valor</b>	<b>%VLGF (1)</b>
Comissão de Gestão Fixa	31 230	0.03%
Comissão de Depósito	15 615	0.01%
Taxa de Supervisão	4 796	0.00%
Custos de Auditoria	2 643	0.00%
Outros Custos Correntes	3 567	0.00%
<b>TOTAL</b>	<b>57 851</b>	
<b>TAXA DE ENCARGOS CORRENTES</b>		<b>0.048%</b>

(1) Média relativa ao período de referência



## Relatório de Auditoria

---



## Relatório de Auditoria

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário – CA Monetário (o “OIC”) sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 109 430 709 euros e um total de capital do OIC de 109 342 035 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 42 676 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário – CA Monetário, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.





Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2021, cerca de 6% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido na Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015 (repblicado pelo Regulamento da CMVM nº3/2020).</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços;</li> <li>• Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal;</li> <li>• Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e</li> <li>• Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

Disponibilidades

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>As disponibilidades, conforme discriminado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, representam, à data de 30 de junho de 2021, cerca de 94% do valor do ativo.</p> <p>Não obstante a ausência de julgamento por parte da Gestão associada a esta matéria, este tema foi considerado uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de reconciliações periódicas entre os saldos apresentados pelos Bancos e os montantes relevados contabilisticamente;</li> <li>• Teste às reconciliações bancárias com referência a 30 de junho de 2021, o qual</li> </ul>

incluiu a confirmação dos montantes relevados contabilisticamente com os constantes nas respostas aos pedidos de confirmação externa recebidos, com referência a essa data;

- Confronto entre as contas relevadas contabilisticamente e as apresentadas na Base de dados de contas do banco de Portugal, analisando eventuais divergências, e
  - Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.
- 

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

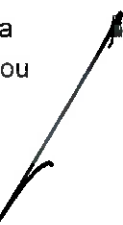
O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quias as salvaguardas aplicadas.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 28 de maio de 2019 para um mandato compreendido entre os anos de 2019 e 2020. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 30 de junho de 2021 para um novo mandato compreendido entre os anos de 2021 e 2023;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 30 de agosto de 2021;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria.

### **Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo**

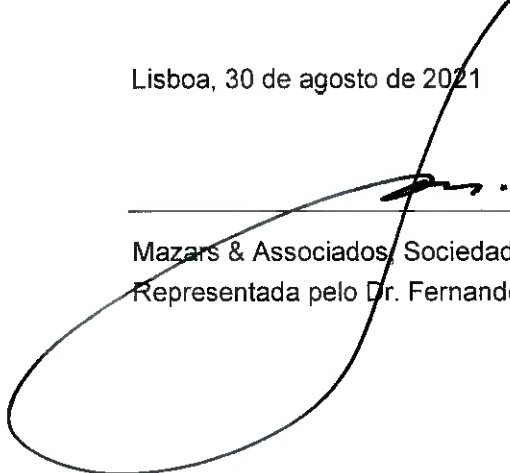
Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro (republicada pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro), deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;

- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2021



---

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)